

## **Ações afirmativas na Educação da Fiocruz**

A Fiocruz - principal instituição não universitária de ensino da área da saúde no Brasil - teve participação intensa na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), no qual o princípio da equidade é um dos pilares fundamentais. Todos os campos de atuação da Fiocruz são orientados pelas [Política para Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência](#) (2019) e [Política de Equidade Étnico-Racial e de Gênero da Fiocruz](#) (2023). Com esse mesmo espírito e visando a redução das desigualdades sociais e das iniquidades, a Instituição vem expandindo e aperfeiçoando suas políticas inclusivas de grupos minoritários em todos os seus programas de pós-graduação.

As ações de inclusão e apoio a estudantes consideram não somente as condições de acesso, mas também de permanência e as perspectivas posteriores à conclusão da formação. A partir de 2017, as atividades do Centro de Apoio Discente (CAD) foram intensificadas, com o intuito de melhor acompanhar os estudantes durante sua permanência na instituição, favorecendo o bem-estar, o desempenho acadêmico e o desenvolvimento profissional.

Também, a partir de 2017, a Fiocruz adota cotas para ampliar o acesso e democratizar a educação. A primeira regulamentação de cotas para ingresso na pós-graduação na Fiocruz foi marcada pela publicação da Portaria No. 1.433/2017-PR (<https://portal.fiocruz.br/documento/portaria-1433/2017-pr>) que previa a reserva de 10% de vagas para as pessoas em situação de vulnerabilidade e era restrita a programas *stricto sensu*. Dois anos depois, por meio da Portaria No. 6.162/2019-PR (<https://portal.fiocruz.br/documento/portaria-6162/2019-pr>) foi estendida para o *lato sensu*, incluindo cursos de especializações e programas de residências em saúde. Ambas as Portarias apresentavam uma perspectiva de ampliação do percentual de reserva de vagas de forma gradativa.

Em 2021, após amplo debate em diversas instâncias colegiadas da Fiocruz, tais como a Câmara Técnica de Educação, o Fórum de Coordenadores do *stricto sensu*, o Fórum da Escola de Governo, o Fórum de Coordenadores de Residências em Saúde e o Fórum de Qualificação Profissional e EAD, uma nova regulamentação foi publicada, a Portaria No. 491/2021-PR

([https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/sites/default/files/SEI\\_FIOCRUZ\\_Portaria\\_pre\\_sidencia\\_491\\_2021\\_21set21.pdf](https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/sites/default/files/SEI_FIOCRUZ_Portaria_pre_sidencia_491_2021_21set21.pdf) ), que permanece vigente.

Embora as Portarias No. 1.433/2017-PR e No. 6.162/2019-PR sejam marcos institucionais importantes, com a publicação da Portaria no 491/2021-PR, observa-se avanços significativos nas questões relacionadas às ações afirmativas na Educação. Assim, a Fiocruz assume - em documento único - uma política de ação afirmativa para todos os cursos e programas que possui, ampliando a proporção de vagas de cotas para um percentual mínimo de 30%, assim distribuídos: 20% para pessoas negras (pretos e pardos), 3% para indígenas e 7% para pessoas com deficiência. Tais critérios devem ser entendidos como mínimos, e considerando a presença nacional da Fiocruz, devem ser ampliados ou adequados para as realidades locais/regionais/estaduais e aos objetivos dos cursos, com especial atenção às características sociodemográficas. Ainda, as unidades e escritórios da Fiocruz podem estabelecer cotas específicas para outros grupos em situação de vulnerabilidade social, mediante decisão de seus órgãos colegiados, a depender das características do público-alvo, das áreas de atuação e finalidades dos cursos.

A Portaria No. 491/2021-PR foi uma importante oportunidade para aproximar gestores da educação a equipes do Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz e do Comitê Fiocruz pela Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência. O Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz foi criado em 2009 e é composto por representantes de diferentes unidades e escritórios da instituição, com objetivo de estabelecer uma agenda institucional para discussão de ações étnico-raciais e de gênero que possibilite a equidade nas relações de trabalho, no atendimento ao público e na produção de conhecimento em conformidade com o SUS, os direitos humanos e por uma sociedade justa e inclusiva.

A Instituição também tem promovido ações que contribuem no enfrentamento das desigualdades vividas pelas pessoas com deficiência. De fato, as pessoas com deficiência estão entre os grupos em situação de maior vulnerabilidade social no país e entre as que mais sofrem obstáculos ao pleno exercício dos direitos de cidadania. Assim, foi instituído o Comitê Fiocruz pela Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência em 2017. Para organizar a execução de processos relacionados à acessibilidade, foram traçadas ações em quatro eixos temáticos: (i.) educação e

pesquisa; (ii.) informação e comunicação; (iii.) infraestrutura e manutenção; e (iv.) trabalho. Em 2021, o Comitê lançou o Guia de Acessibilidade para as Ações Educativas na Fiocruz (<https://portal.fiocruz.br/documento/guia-de-acessibilidade-para-acoes-educativas-da-fiocruz>). Visando garantir o acesso e a permanência nos cursos e programas ofertados pela Fiocruz, o Comitê estabeleceu em sua política algumas diretrizes para a educação, abordando todas as etapas do processo de ensino-aprendizagem, desde a seleção até a finalização do curso. A política estabelece que em todos os editais de seleção de cursos e programas *lato sensu* e *stricto sensu* da Fiocruz, além de serem destinadas cotas para pessoas com deficiência, sejam garantidos recursos de tecnologia assistiva para a adequada continuidade dos alunos em todo o período de estudo.

Como desdobramentos de toda a construção institucional ao longo dos últimos anos, foi criada em março de 2023, a Coordenação de Equidade, Diversidade, Inclusão e Políticas Afirmativas (Cedipa) com o objetivo de implementar ações que assegurem a efetivação das políticas institucionais para equidade, diversidade, inclusão e políticas afirmativas, reconhecendo a pluralidade da Fiocruz como um valor. As linhas de ação da Cedipa estão pautadas num trabalho que potencialize e fortaleça as dimensões presentes nos enfrentamentos ao racismo, capacitismo, machismo, misoginia, xenofobia, LGBTIfobia e diferentes violências de gênero e violações que comprometam o direito à vida das pessoas.

Frente aos novos desafios sociais e sempre em busca de reduzir as desigualdades e iniquidades, a Cedipa e as equipes de Educação da Fiocruz atuam por meio de grupos de trabalho buscando aprimorar suas práticas e atualizar recomendações e políticas de ações afirmativas.

(PARA SER PREENCHIDO PELO PPG)

Informar como tem sido a experiência do PPG na prática das políticas afirmativas.

OBS: No painel de egressos da Fiocruz é possível levantar dados sobre cotistas. O PPG deve levar em consideração que os dados dizem respeito ao universo de respondentes da pesquisa.

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZmEwMDczMmEtMGMwNi00MWVhLWE2MGYtYzc5ODY3YjE5ZDYzliwidCI6ImJjMzcyMWE2LTgwNjEtNGUxOS1hM2I0LTMxZTlwOTNIMjA5YSJ9>